



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SÉTIMA CÂMARA

Aes-5

Processo nº. : 10280.001676/96-81
Recurso nº. : 116.685 – EX OFFICIO
Matéria : IRPJ - EX. 1992.
Recorrente : DRJ EM BELÉM - PA
Interessada : TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ S/A - TELEPARÁ.
Sessão de : 14 DE OUTUBRO DE 1998
Acórdão nº. : 107-05.363

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - RECURSO DE OFÍCIO.
Nega-se provimento ao recurso de ofício interposto em razão da exoneração do crédito tributário , cujos lançamentos de ofício são inconsistentes em razão dos fatos que ensejaram sua celebração.

Recurso de ofício negado.

Vistos relatados e discutidos os presentes autos de recurso de ofício interposto pelo DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO EM BELÉM-PA.

ACORDAM os Membros da Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso de ofício, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

FRANCISCO DE SALES RIBEIRO DE QUEIROZ
PRESIDENTE

MARIA DO CARMO S.R. DE CARVALHO
RELATORA

FORMALIZADO EM: 18 NOV 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: NATANAEL MARTINS, PAULO ROBERTO CORTEZ, EDWAL GONÇALVES SANTOS e CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros MARIA ILCA CASTRO LEMOS DINIZ e FRANCISCO DE ASSIS VAZ GUIMARÃES.

Processo nº. : 10280.001676/96-81

Acórdão nº. : 107-05.363

Recurso nº. : 116.685 – EX OFFICIO

Recorrente : DRJ EM BELÉM - PA

Interessada : TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ S/A - TELEPARÁ.

RELATÓRIO

Refere-se a recurso de ofício interposto pela Autoridade “a quo”, por haver julgado procedente as razões de direito interpostas na impugnação tempestivamente apresentada pelo contribuinte.

O lançamento refere-se à glosa das exclusões do lucro líquido para determinação do lucro real, a título de lucro inflacionário do exercício, da parcela de Cr\$ 2.063.270.813,00 resultando, deste ato, o crédito tributário equivalente a 3.441.904,86 UFIR.

Cientificada desta autuação apresentou impugnação tempestiva, contendo os arrazoados que em síntese se apresenta:

No exercício de 1991 efetuou a correção monetária especial das contas do Ativo Permanente de acordo com o artigo 2º da Lei nº 8.200/91 e artigos 44 e 45 do Decreto nº 332/91, conforme demonstrado no anexo I.

Que a diferença relativa a correção monetária especial não produziu os efeitos fiscais uma vez que adicionada ao lucro líquido — na determinação do lucro real e na base de cálculo da contribuição social sobre o lucro e do imposto sobre o lucro líquido —, proporcionalmente à realização dos bens e direitos objetos da correção especial. Itens também demonstrados no anexo II da impugnação e na DIRPJ/92.

Que o valor — Cr\$ 2.062.270.813,00 — referente a correção monetária dos encargos de depreciação e amortização do exercício de 1991 reduziu o saldo credor da conta de correção monetária, porém, na composição do lucro inflacionário do período-base, o mesmo foi adicionado à conta de correção monetária e este fato está demonstrado no anexo II.

Ainda sobre esta matéria, informa que fora fiscalizada em 30/04/93, ocasião em que efetuou a quitação total, em quota única, sobre as parcelas diferidas que totalizavam o lucro inflacionário acumulado, valendo-se da previsão contida no art.

Processo nº. : 10280.001676/96-81
Acórdão nº. : 107-05.363

31 da Lei nº 8.541/92, conforme termo de encerramento de diligência que está anexado aos autos às fls. 30/31.

Decidindo a lide a Autoridade Singular assim expressa:

" Antes de adentrar ao mérito da questão, registe-se que o lançamento foi fundamentado legalmente apenas nos dispositivos que previam a correção monetária tradicional das demonstrações financeiras, realizadas a cada ano, especificadamente naqueles que tratam do lucro inflacionário (artigos 362 do RIR/80 e 21 da lei nº 7799/89), do lucro líquido do exercício (art. 387do RIR/80, 22 e 23 da Lei nº 7799/89) e das adições ao lucro líquido do exercício (art. 387 do RIR/80), enquanto que a matéria fática envolve a correção monetária especial das contas do Ativo Permanente, prevista na Lei nº 8.200/91, art. 2º e regulamentada no Decreto nº 332/91, artigos 44 a 46.

Assim, se irregularidades devessem ser imputadas à contribuinte, deveriam sê-las com enquadramento legal na Lei nº 8.200/91 e decreto que a regulamentou, vis-à-vis às disposições da Lei nº 7799/89, que teriam sido feridas.

Da forma como foi capitulado legalmente, o lançamento não enfeixa a necessária vinculação de que trata o parágrafo único do art. 142 da Lei nº 5.172/66 (CTN), sendo incompleto e sem correlação com a matéria fática o enquadramento legal efetuado.

No mérito, um exame percuciente da DIRPJ/92 revela que não houve qualquer prejuízo à Fazenda Pública com o procedimento adotado pela empresa. De fato, considerando-se apenas a correção normal das demonstrações financeiras, envolvendo as contas do Ativo Permanente e do Patrimônio líquido, o lucro inflacionário do período-base de 1991 seria de Cr\$ 4.003.405.644,00, conforme demonstrou a fiscalização na descrição contida no auto de infração às fls. 05, mas mesmo assim isso não seria suficiente para caracterizar a redução indevida do lucro líquido do exercício se fossem analisados de forma integrada os demais procedimentos envolvendo o lucro inflacionário.

Processo nº. : 10280.001676/96-81
Acórdão nº. : 107-05.363

....."

Diante dos arrazoados que parte transcrevi, concluiu pelo cancelamento
do lançamento.

Deste ato recorreu de ofício a este Egrégio Conselho de Contribuintes.

É o Relatório.

A handwritten signature consisting of several loops and strokes, appearing to be in cursive script.

Processo nº. : 10280.001676/96-81
Acórdão nº. : 107-05.363

V O T O

CONSELHEIRA - MARIA DO CARMO S.R. DE CARVALHO - Relatora

Impõe-se o conhecimento do recurso de ofício tendo-se em vista que o valor do crédito tributário exonerado em primeira instância supera o limite estabelecido pela Portaria MF nº 664/94.

A decisão monocrática não merece reproche.

Analizando-se as razões que levaram o fisco a lavrar o auto de infração impugnado e as razões fundamentadas contidas na Decisão monocrática, verifica-se que a mesma não merece correição.

Sem mais delongas, por despicio, diante da análise dos autos, não restam dúvidas de que a decisão recorrida está correta. Por conseguinte, nego provimento ao recurso.

Sala das sessões (DF), 14 de Outubro de 1998.

MARIA DO CARMO S.R. DE CARVALHO